

## INCLUSÃO DO EDUCANDO SURDO NA ESCOLA PÚBLICA REGULAR

Macileide de Matos Batista Pinto<sup>1</sup>  
Sileide Mendes da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho apresenta como objetivo a análise da inclusão do educando surdo e todas as vertentes que envolvem a concretização da mesma, visando um ensino significativo onde o surdo se torne um sujeito ativo na comunidade escolar e sociedade em que está inserido. A inclusão de educandos surdos na escola de ensino regular é um tema atual e de fundamental importância. Sendo assim, a inclusão de estudantes com deficiência auditiva tem levantado reflexões relacionadas a importância de incluí-los na escola pública regular. Fundamentado na pesquisa bibliográfica, a partir de documentos legais como Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre os direitos legais do sujeito surdo (BRASIL, 2002), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) e autores como Mazzota (1996) que cita em seus textos os desafios vivenciados pelo educando surdos, Lacerda e Santos (2013) que apontam as dificuldades enfrentadas pelos docentes e Fernandes (2012) que traz a tona a inclusão da disciplina de LIBRAS no currículo das Universidades visando o aperfeiçoamento de professores. Os resultados deixam evidente que a análise sobre as responsabilidades, os desafios e as inúmeras vertentes que envolvem a inclusão deste aluno surdo no contexto escolar é de extrema importância para a consolidação do processo da inclusão do educando surdo junto a todos que estão envolvidos nesse âmbito da educação inclusiva consumada.

**Palavras-chave:** Educação de surdos, Inclusão, Escola pública regular, Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

A inclusão de educandos surdos na escola de ensino regular é um tema atual e de fundamental importância. Sendo assim, a inserção de estudantes com deficiência auditiva tem levantado reflexões relacionadas a importância de inclui-los na escola pública regular.

É sabido que o tema tem ganhado visibilidade nos diversos espaços escolares, principalmente quando é mencionada a importância da escola igualitária, ou seja, onde há oportunidade e lugar para todos. A instituição de ensino regular que recebe os alunos com deficiências precisa fornecer meios e recursos adequados além de oferecer apoio de profissionais que possuam qualificação para atender as demandas escolares àqueles que encontram barreiras em sua aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia, [macimatos23@gmail.com](mailto:macimatos23@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora, mestre em Ciências da Educação. Professora da Faculdade Alfredo Nasser, Remanso Bahia, e-mail: [sileidemendes.uneb@gmail.com](mailto:sileidemendes.uneb@gmail.com).



Nesse sentido, a escola além de um local destinado à aprendizagem da leitura e da escrita, necessita ser um espaço que oportunize o desvendar do mundo bem como ser utilizada como meio para que esses alunos aprendam a conviver em sociedade.

É esperado que a escola seja inclusiva, ou seja, que todos estejam no mesmo espaço e recebam o mesmo ensino que os demais alunos, pois de nada adianta inserir os alunos no ambiente escolar junto a outros educandos que não possuem deficiências e não garantir de fato um ensino de qualidade e com equidade, que os faça aprender significativamente.

Vale enfatizar ainda o receio sentido pelos professores em receber um aluno surdo, tendo em vista que em alguns casos há falta de preparo em sua formação, o não conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e esse na tentativa de facilitar a aprendizagem de seu educando acaba por utilizar métodos que não suprem a necessidade desse aluno com deficiência, uma vez que para alcançar as singularidades educacionais desse educando o professor, por não ter conhecimentos sólidos da educação de surdos, acaba fazendo uso de meios que utilizaria com um aluno ouvinte.

Além das deficiências na formação do docente é importante trazer à tona que esse público necessita do acompanhamento de um tradutor de LIBRAS para facilitar o momento de aprendizagem, esse por sua vez, será a ponte de comunicação entre o aluno surdo e o professor.

Mas será que a inclusão está realmente contribuindo para o desenvolvimento social e intelectual do educando surdo? Será que o sistema de educação inclusiva cumpre realmente com todos os objetivos que propõe para essa modalidade de ensino?

Para uma educação inclusiva relevante e eficaz, fazem-se necessários investimentos em formações continuadas de docentes, conhecer o contexto histórico e social do indivíduo, existir uma parceria coerente entre educação e órgãos públicos que forneçam outras assistências é necessário ainda que haja planejamento específico e uma ampla compreensão de todo o sistema que envolve a educação de qualidade desses discentes.

O trabalho traz como objetivo geral analisar a importância da inclusão de educandos surdos na escola de ensino regular, levando em consideração as conquistas, os desafios, e as políticas públicas existentes. Especificamente discute eventos que consolidaram essa modalidade de ensino apontando os desafios da mesma na perspectiva do educando surdo, bem como sua inserção e permanência na escola; reconhecer a importância da Educação Inclusiva enquanto modalidade de ensino e por fim, analisar a importância da formação continuada em



LIBRAS de professores, pois, ela envolve a língua de sinais condição bilíngue do surdo, condição essencial para o professor interagir com o aluno surdo.

## **METODOLOGIA**

Levando em consideração a problemática apresentada, o presente trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica utilizando periodicos com autores como Moura (1997), Lodi (1997), Ball (1997), Harrison (1997) e documentos legais, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, dentre outros autores.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR**

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996).

Apesar de ser um direito garantido por lei são vários os relatos de alunos que adentram a escola de ensino regular, mas que de fato não participam do processo de inclusão seja por falta de estrutura física adequada às suas necessidades ou falta de profissionais que atuem de modo a permitir que essa inserção aconteça de fato.

Incluir é dispor de diversos meios que permitam que o aluno se desenvolva e aprimore competências. Alguns professores acreditam que preparar uma atividade específica para o aluno já está tornando-o parte do processo de inclusão, um erro corriqueiro inclusive, superproteger, colocar em um canto, não permitir a participação dos mesmos com os demais alunos não é incluir, na verdade, está longe de ser.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua oficial do povo surdo brasileiro, seu principal meio de comunicação entre Surdos e ouvintes. A mesma possui “[...] Uma estrutura linguística diversa, viso espacial, com sintaxe, morfologia e “fonologia” próprias [...]” (LACERDA E SANTOS, 2013, p.28). A maior falha do docente é tentar ensinar o aluno surdo utilizando apenas o alfabeto tradicional, a realidade da educação brasileira que demanda



a educação inclusiva com alunos surdos nas salas do ensino regular possui um corpo docente sem capacitação.

Conforme citado anteriormente, o surdo possui seu próprio dialeto, seu meio de comunicação, a falta de preparo dos profissionais da educação os tornam leigos quanto a essa questão, trazendo assim prejuízos ao aluno surdo levando em alguns casos a evasão.

A LIBRAS possui fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem desse aluno, por esse motivo o professor não pode se desfazer da mesma. Sendo assim, na ausência dos conhecimentos prévios em LIBRAS por parte do professor regente, faz-se necessário que o aluno com surdez possua um intérprete, esse por sua vez é o elo que liga aluno ao professor.

O fato de haver um intérprete não isenta o professor regente de se dedicar a aprimorar seus conhecimentos voltados para esse campo, pois, tendo em vista todo o processo burocrático e a pequena demanda de profissionais para essa área. É de extrema importância que o docente se aprimore para atender esse público que muitas vezes tem seus direitos lesados por conta da ausência de professores qualificados para recebê-los, motivar a permanência, bem como promover uma aprendizagem significativa para esses alunos.

### **A INCLUSÃO COMO UM DESAFIO: O aluno surdo nesse contexto**

Os desafios enfrentados pela pessoa surda no cotidiano do ensino regular e as contradições presentes na sociedade são inquietações e temáticas que são discutidas e que tem levantado inúmeras indagações. Sabe-se que os surdos enfrentam diariamente situações diversas relacionadas à surdez que vão desde os rótulos, estigmas até a ausência de profissionais que atendam às suas necessidades enquanto estudantes.

É notório desejo das pessoas surdas de estudar, aprender e através desse aprendizado conquistar de qualidade de vida e realizar-se profissionalmente, cientes de seus direitos e deveres. Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), é dever do Estado e da família proporcionar condições de acesso e aprendizagem a toda pessoa sendo de responsabilidade dessas duas principais instituições sociais proporcionarem as mesmas condições para uma aprendizagem significativa.

Para que se cumpra o que a lei cita, é necessário investimentos nessa modalidade de inclusão, a existência de compromisso do trabalho em conjunto, formação continuada do corpo docente e funcionários das instituições de ensino que seja capaz de não somente



destacar como receber uma pessoa com deficiência em sala de aula, uma vez que a inserção de um surdo ou qualquer estudante deficiência no espaço escolar precisa respeitar as mesmas oportunidades e qualidade de aprendizagem a todos.

A desigualdade linguística e a falta de domínio de ambas as línguas pelo sujeito são acontecimentos que tornam notório e potencializam a ideia de uma inclusão que não vai de encontro com às necessidades quanto a formação do educando. Assim, como o professor da atualidade não possui preparo para as diferenças principalmente no que diz respeito à língua usada pelos surdos, esses estudantes em sua maioria não estão preparados para o modelo inclusivo que possuímos e essa realidade inclusiva não é condiz com as solicitações do movimento surdo (LACERDA, 2000).

Para o educando surdo é fundamental a presença de um intérprete de Libras para que haja mediação na comunicação em sala de aula, mas não é nele que estão centradas as práticas de ensino, ainda que o intérprete de acordo com Lacerda (2002) participe de todo processo escolar, possibilitando aprendizagem, é importante que o professor tenha conhecimentos para direcionar, comunicar, planejar e ensinar os estudantes com competência e qualidade. Uma vez que é nele que estão concentradas todas as metodologias, e que será o transmissor que irá promover ações que irão desenvolver as habilidades necessárias aos alunos.

O desafio da inclusão é realmente incluir o sujeito, respeitando sua língua, cultura e as diferentes identidades que surgem na sala de aula. Não basta apenas colocar o estudante surdo junto com os demais, é necessário suporte que demande em todas as áreas e espaços da escola (MAZZOTA, 1996).

O educando surdo precisa ser tratado como igual, apesar de suas limitações físicas, o mesmo não deve ser visto como coitadinho ou como alguém que vai dar mais trabalho ao professor, ele deve ser visto como um sujeito dotado de capacidades que sobrepõe a ausência da audição. A inserção do educando surdo é benéfica para todos, é uma cultura e um mundo a mais no meio de vários que existem dentro da escola, mas é necessário que a permanência desses sujeitos sejam efetivas e eficiente de maneira significativa.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS**

Os debates na área da formação do professor para educação de surdos tem ganhado destaque nos últimos anos, dentre os diversos fatos que englobam essas discussões está a inclusão da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura que possui influência no



processo ensino-aprendizagem oferecido ao educando surdo, que estão inseridos em nossa comunidade, em sua maioria ouvinte, e por outro lado os surdos são uma minoria linguística.

A inserção desse componente curricular na grade das universidades não muda o fato de que os professores, em sua maioria, não estão aptos a lidar com educandos surdos. Uma vez que, o período da disciplina é muito curto e não alcança níveis em que seja possível obter autonomia por parte deste no processo educacional desse aluno (FERNANDES, 2012).

É necessário refletir sobre o objetivo do ensino da língua de sinais na formação pedagógica para atender as expectativas de uma educação inclusiva, e assim proporcionar acessibilidade através de Libras, pois, para que esse processo ocorra além de conhecer o educador precisa respeitar a diferença linguística e cultural para não estigmatizar a surdez como patologia, ou seja, além de conhecer toda estrutura morfológica da língua ele precisa ter conhecimento e sensibilidade quanto ao contexto histórico no qual esses educandos estão inseridos.

Para a maioria dos surdos, adentrar ao sistema de inclusão educacional em nosso país é cansativo e desestimulante, e esse desafio não está apenas na estrutura da escola ou na disposição ou não de um intérprete de LIBRAS. Para Soares (2013), tendo em vista à condição bilíngue dos surdos, o professor deve ter uma formação que, em várias características, assemelha-se à do professor de ensino de línguas estrangeiras. Na visão da autora, essa formação deve permitir ao docente o conhecimento e a vivência na LIBRAS, embora reconheça que apenas esse aspecto não é suficiente para as práticas escolares.

O fato do professor não possuir nenhum conhecimento da língua dos surdos atrapalha em sua formação pois como foi citado anteriormente, este deve ter seu planejamento pautado nas necessidades de toda a turma, inclusive nas de seus alunos surdos. Mas levando em consideração o salários e as condições de trabalho do professor, não existem estímulos que os levem a buscar ampliar seus conhecimentos nessa área, e este aluno normalmente será tratado como um fardo ou simplesmente será ignorado que o mesmo carece de um planejamento e atendimento que vá de encontro a suas limitações e que ajude a sanar dúvidas e gerar novos conhecimentos.

Em relação a formação do professor regente, Zanata (2004) defendeu que esta deveria envolver estratégias de ensino que permitam um processo contínuo de ações e reflexões, através de programas de formação continuada, realizados em serviço, no ambiente escolar, proporcionando aos professores uma reflexão sobre as práticas pedagógicas, tornando-os, gradualmente, autônomos para o desenvolvimento dos processos educacionais.



É verdade que a inclusão na sala de aula está sendo adquirida no dia a dia e que muito da LIBRAS se aprende na prática e no convívio com os surdos, mas, é importante proporcionar acesso à cultura surda, a Libras, aos elementos que fortalecem a identidade surda, como também uma educação bilíngue, assim como propõe o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014).

É importante entender que a formação inicial deva fornecer condições de um trabalho docente consciente, ou seja, não só de teoria, mas destacar a construção do conhecimento com práticas para que possamos enfrentar os desafios do processo ensino-aprendizagem, uma vez que a proximidade com a realidade dos educandos surdos proporcionaria uma compreensão maior da complexibilidade e desafios que existem na educação de surdos. Saviani (2010, p.53) destaca:

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

A formação do professor precisa ser contínua e continuada de forma que o conhecimento seja progressivo, sistemático e inovador, com o propósito de vencer os desafios existentes e os que surgirem ao longo da jornada. Para tanto, é necessário que a educação não seja vista como processo de integração, mas sim como inclusão, fundamentada nas concepções de direitos humanos, pois a educação é um direito de todos, com garantia de acesso e permanência nas escolas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho apresentado elucidou alguns pontos cruciais para a inclusão e a permanência do educando surdos na escola de ensino regular, uma vez que, por alguns anos a educação desses sujeitos ficou a encargo apenas da escola de educação especial, uma escola específica para atender o público com deficiências.

Esse trabalho enfatiza a inclusão do educando surdo é colocado no mesmo algumas questões pertinentes ao fortalecimento da permanencia desse publico na escola regular, uma vez que ambos vivem na mesma sociedade e devem por direito gozar dos mesmos direitos e deveres de um cidadão ouvinte.



Segundo a concepção de Mittler (2003), apesar de ser uma modalidade assegurada pelas principais leis que regem a educação, a mesma ainda não acontece em muitas instituições no Brasil, ou acontecem com uma grande dificuldade tendo em vista a formação fragilizada dos professores, o desconhecimento ou o não interesse em buscar recursos pedagógicos apropriados, por essa e outras razões ainda é grande o número de jovens e crianças surdas fora da escola.

Lacerda e Santos (2013) apontaram sobre a estrutura da língua de surdos, trazendo a tona que assim como a língua portuguesa convencional, a língua de surdos possui fundamental importância na formação do sujeito surdo, uma vez que além de facilitar o ensino aprendizagem ela retrata sua cultura e seu contexto social. Dar a devida importância para a singularidades da comunicação entre os surdos, além de valorizá-los, irá motivá-los a permanecer na escola.

Dentre os fatores à permanência desses educando está incluso o medo por parte da família, a falta de suporte por parte dos órgãos responsáveis, a falta de formação dos docentes e a desmotivação gerada por conta de todas as deficiências que giram em torno de todo o processo de inclusão.

Saviani (2010) destaca que a formação de professores deveria garantir uma cultura que possibilitasse atingir uma consciência mais precisa da realidade em que vão atuar, ligadas a um consistente preparo teórico-científico que os levem à realização de uma prática pedagógica coerente, pois o educando surdo assim como o ouvinte necessita de meios que permitam a concepção de uma educação de qualidade e um ensino aprendizagem efetivo eficaz que vá de encontro as suas necessidades e que compreenda suas singularidades.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, o público em questão tem alcançado muitas conquistas, entre elas a inclusão da disciplina de LIBRAS na grade curricular das universidades, o engajamento de surdos na política, o crescimento e fortalecimento da comunidade surda no Brasil e o reconhecimento da LIBRAS como língua materna nas escolas que aderiram a educação inclusiva (BRASIL, 1988).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notório que a maioria das histórias de conquistas são alicerçadas nas lutas e enfrentamentos existentes ao longo dos anos. O surdo sempre foi sobrepujado à sua deficiência e nunca visto por suas potencialidades. Isso, de fato, mudou bastante, mas ainda



há um caminho longo a ser percorrido, principalmente quando se refere à educação, a parte mais fragilizada da nossa sociedade.

O educando surdo é um cidadão e possui seus direitos garantidos na legislação brasileira, privar o acesso destes é o mesmo que ir contra aquilo que diz a constituição sobre a educação ser um direito assegurado a todos. Apesar das deficiências é possível garantir a esse público ensino de qualidade e significativo, para que esses possam desfrutar de uma vida plena e gozar de todos os seus direitos e cumprir seus deveres na sociedade em que estão inseridos.

Para que isso aconteça, é necessário investimento na educação, nos educadores e em todos aqueles que fazem parte do contexto escolar. É preciso pensar na inclusão como algo que forma cidadãos, tanto os que são inseridos quanto aqueles que passam a conviver com o educando que possui a deficiência.

O trabalho deixou evidente que a cultura do surdo tem grande valor na formação cultural de uma comunidade escolar, conhecer sua forma de comunicação, quebrar o preconceito quanto suas capacidades intelectuais, agregar caráter de conscientização etc. A escola deve ser um espaço de aceitação e de inclusão, pois, é nela onde estão concentraos os indivíduos e suas singularidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394**. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases de 1961 - Lei 4024/61**. Brasília, DF, 1961.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares**: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.



\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436.** Dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais- Libras- e outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr.2002.

BALL, S. J. **Mercados, equidade e valores na educação.** In: WALFORD, G. e PRING, R. (orgs). Afirmando o Ideal Abrangente. Londres. Falmer Press, 1997b.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999a.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial.** 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo, Cortez, 1991.

FERNANDES. Sueli. **Educação de surdos.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 141 p.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de LIBRAS:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. **6ª ed.** Porto Alegre: Medição, 2014. 95 p.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER Peter. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOARES, R.S. **Educação bilíngue de surdos:** desafios para a formação de professores. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZANATA, E.M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.** Doutorado em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.